DIMINUI NÚMERO DE FAMÍLIAS EM DOMICÍLIOS INADEQUADOS

A despeito dos avanços, números ainda são bastantes elevados

Ana Maria Castelo e Fernando Garcia

OS NÚMEROS do déficit referentes a 2009 revelam uma queda da inadequação em todo o país. Na comparação com 2008, cerca de 250 mil famílias deixaram de viver em habitações precárias. Por outro lado, houve um crescimento no número de famílias conviventes (coabitação), o que manteve o número de famílias do déficit no mesmo patamar do ano anterior.

Em 2009, o déficit habitacional brasileiro calculado pela **FGV** segundo a metodologia do **SindusCon-SP** compreendeu 5,8 milhões de famílias, o que representou 9,3% do total de famílias do país. A maior parte dessas famílias – 3,5 milhões ou 61% - vivem em domicílios inadequados. As favelas ou aglomerados subnormais abrigam 2,2 milhões de famílias. O déficit por coabitação atingiu 2,3 milhões de famílias.

Em termos estaduais, São Paulo e Rio de Janeiro concentram o maior número de famílias do déficit, 19,4% e 9,3%, respectivamente, seguidos pelo Pará e por Minas. Em termos relativos, ou seja, considerando a relação entre as famílias do déficit e o número total de famílias de cada Estado, os piores resultados são dos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão, nessa ordem.

A relação entre a falta de moradia e os baixos níveis de renda continua sendo uma das características mais claras do déficit habitacional brasileiro. Quase um terço dos domicílios inadequados encontra-se na faixa de renda familiar mensal entre 1 a 2 salários mínimos; 77,7% estão concentrados na faixa até 3 salários mínimos. Na coabitação, a distribuição é um ligeiramente melhor: 62% das famílias têm renda familiar de até 3 salários mínimos.

Na comparação com os números de 2008, o déficit em termos absolutos manteve-se praticamente estável. No entanto a análise por componente revela uma mudança importante na evolução das carências habitacionais do país. O componente inadequação, que vinha se mantendo no patamar de 3,8 milhões de famílias nos últimos anos, registrou queda de 6,6% na comparação com 2008, ou seja, 250 mil famílias deixaram de morar em habitações precárias.

3,5 milhões de famílias vivem em domicílios inadequados.

As favelas abrigam 2,2 milhões de famílias.

O déficit por coabitação é de 2,3 milhões de famílias.

SP e RJ concentram o maior número de famílias do déficit.

O Amazonas, o Pará e o Maranhão têm maior déficit relativo

Por outro lado, o número de famílias conviventes com intenção de mudar aumentou na comparação com 2008, passando de 2,0 milhões para 2,3 milhões, um aumento de 12,8%.

Os Estados que registraram maior recuo no déficit foram o Paraná, Santa Catarina e Tocantins. Por outro lado, houve crescimento muito superior à média do país nos Estados do Amapá, de Alagoas e de Rondônia. No Estado de São Paulo, o déficit atingiu 1,127 milhão de famílias, o que representou uma queda de 4,6% na comparação com 2008.

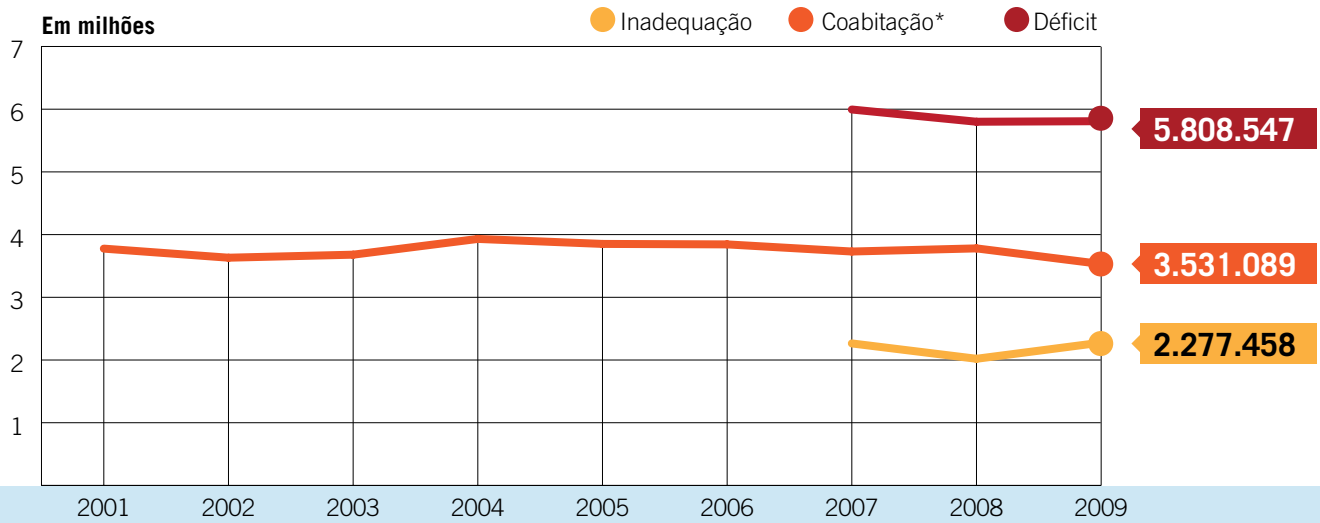
A estabilidade do déficit e, especialmente, o crescimento do número de famílias conviventes com intenção de mudar parece um paradoxo ante os indicadores de crescimento do mercado habitacional. É importante notar, no entanto, que as duas tendências são reflexos de um mesmo cenário: aumento da renda e crescimento dos recursos para o mercado habitacional – subsidiados e não subsidiados. A expansão do volume de recursos para o mercado habitacional promoveu uma redução da precariedade das habitações no país. Um movimento que favoreceu especialmente as famílias de menor renda. Por outro lado, o crescimento da renda junto com a melhora nas condições do crédito e o aumento dos subsídios contribuíram para formação de famílias que demandam uma moradia própria. Essas famílias encontram-se em coabitação e expressaram o seu desejo de adquirir um residência própria, pois a casa própria passou a ser um bem em tese viável em seu horizonte de consumo.

Maiores impactos na redução absoluta no déficit poderão ser percebidos nos resultados dos próximos anos. Deve-se ressaltar, contudo, o fato de que as carências habitacionais ainda são extremamente elevadas no Brasil.

Histórico do déficit habitacional brasileiro

NÚMERO DE FAMÍLIAS

(Metodologia do Sinduscon-SP)



A carência de moradias nos Estados, 2009

Unidades da Federação	Inadequação (A)	Coabitação* (B)	Déficit habitacional (A+B)	Número de famílias (C)	Déficit habitacional relativo (A+B)/(C)
Rondônia	40.293	9.000	56.720	474.359	12,0%
Acre	13.479	4.449	25.615	203.068	12,6%
Amazonas	155.475	35.025	251.404	988.701	25,4%
Roraima	7.658	920	13.200	125.272	10,5%
Pará	366.895	90.724	509.779	2.209.326	23,1%
Amapá	3.662	5.406	21.710	177.144	12,3%
Tocantins	24.125	11.046	40.133	411.409	9,8%
Maranhão	308.101	63.592	429.011	1.886.154	22,7%
Piauí	120.649	34.395	163.779	973.956	16,8%
Ceará	217.113	95.128	352.861	2.626.998	13,4%
Rio G. do Norte	17.123	36.206	83.178	1.025.048	8,1%
Paraíba	75.290	33.632	123.979	1.161.966	10,7%
Pernambuco	153.999	65.189	273.816	2.762.593	9,9%
Alagoas	53.044	14.467	103.943	951.537	10,9%
Sergipe	29.579	15.978	65.615	647.307	10,1%
Bahia	213.013	91.581	410.700	4.595.953	8,9%
Minas Gerais	206.825	143.373	444.209	6.611.318	6,7%
Espírito Santo	36.587	27.213	77.869	1.158.623	6,7%
Rio de Janeiro	442.975	89.647	537.695	5.575.342	9,6%
São Paulo	746.098	260.038	1.127.096	13.698.039	8,2%
Paraná	44.993	61.400	127.056	3.581.462	3,5%
Santa Catarina	29.253	32.836	75.223	2.051.362	3,7%
Rio G. do Sul	108.899	76.401	205.391	3.839.060	5,4%
Mato G. do Sul	15.930	24.814	49.013	810.928	6,0%
Mato Grosso	41.097	20.944	84.558	1.025.797	8,2%
Goiás	38.736	26.407	97.544	1.946.139	5,0%
Distrito Federal	20.198	13.015	57.450	837.649	6,9%
Brasil	**3.531.089**	**1.382.826**	**5.808.547**	**62.356.510**	**9,3%**

(*) Com intenção de mudar. Fonte: FGV, elaborado a partir da Pnad 2009

Componenetes do déficit por classes de renda familiar

